

Sem recursos, a busca de alternativas

Aberta a temporada de avaliação geral, a Secretaria de Cultura estuda outras possibilidades de ação e sai para alianças

MARIA DO ROSÁRIO CAETANO

Corte de 40% no orçamento da Secretaria de Cultura e Esporte e Fundação Cultural do DF vem provocando profundas mudanças no comportamento dos responsáveis por estas instituições: o secretário Márcio Cotrim e a diretora-executiva Maria Luiza Dornas. Já vai longe o tempo em que os dois anunciam grandes projetos e grandes somas de recursos para fomentá-los.

Este novo quadro começou a se desenhar 40 dias atrás e ganhou cores trágicas na última reunião do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural (dia 30 último) quando Maria Luiza Dornas (Cotrim estava ausente) anunciou a chegada de novos tempos e o encolhimento dos recursos disponíveis para novos projetos. Desentendimentos entre os conselheiros (representantes da Comunidade) e representantes do Governo no órgão colegiado acabaram gerando acirramento de ânimos e a suspensão da reunião.

Por trás dos impropérios trocados por um conselheiro (Antenor Gentil Jr) e um representante do movimento cultural das satélites (Jesseú Emerick) há realidade palpável: com a redução dos recursos orçamentários da SCE/FCDF cai por terra prática política que alimentou a produção cultural brasiliense nos últimos oito meses. A FCDF, assimilhada a um banco que emprestava — a fundo perdido — recursos para todo e qualquer projeto, teve que fechar as torneiras. Isto depois de atender a 200 projetos, a maioria questionável em seus processos de produção e resultados.

Os que esperavam recursos para este ano — e não foram atendidos — não se conformam com a nova situação. Foi neste contexto que o Conselho de Cultura do DF, organismo de natureza normativa, na manhã de ontem, cobrou de Márcio Cotrim e Luiza Dornas (além de dirigirem a SCE e FCDF, eles têm assento nos dois Conselhos), o cumprimento de princípios gerais (veja box) capazes de impedir que o Estado funcione como um mero distribuidor de verbas para projetos que passam como chuvas de verão. Afinal, em reiteradas oportunidades, o Conselho de Cultura reafirmou, através de documentos, que o Estado deve investir em espaços culturais, equipamentos, formação e informação dos agentes culturais. E não prioritariamente em eventos.

Cotrim e Luiza Dornas assistiram à reunião, ouviram os argumentos, em especial dos conselheiros, de Tete Catalão, Maria Duarte, Chico Morbeck e B. de Paiva e prometeram não medir esforços para que Conselho de Cultura e Conselho Deliberativo atuem na mais perfeita sintonia.

Depois da reunião, Cotrim conversou com *Caderno 2*, do *Jornal de Brasília* sobre cortes orçamentários, renovações no Conselho Deliberativo, prestação de contas dos produtores culturais financiados pela SCE/FCDF, projetos anunciados e não realizados, criação de Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Projetos, entre outros.

Secretário, o Conselho de Cultura do DF, em reunião plenária, questionou o distributivismo de verbas que pautou a SCE/FCDF ao longo do ano, lembrando que tal procedimento deixou em segundo plano a função prioritária do Estado (investir no processo cultural e não no evento). Como o sr. vê esta questão?

— Acho injusto reduzir nossa ação a um único procedimento: a distribuição de verbas. Na verdade, contemplamos tanto o fomento de projetos artísticos, os chamados eventos, quanto o processo cultural. Fizemos as duas coisas, simultaneamente. Ninguém pode ignorar o processo por nós deflagrado e estimulado de organização do movimento cultural nas satélites, através da eleição do Representante Comunitário e dos Conselhos de Cultura. Nunca, na história de Brasília, se fomentou tanto o desenvolvimento cultural das satélites. É um reducionismo dizer que só incentivamos eventos.

Mas é inegável que a quase totalidade dos recursos foi investida em eventos que não deixaram resíduos, que pouco contribuíram para a formação e infor-

O secretário Cotrim tem agora uma nova realidade política e administrativa sob corte em 40% do orçamento

mação do brasiliense.

— Não concordo. Reafirmo que nosso trabalho em 1991 foi de se-meadura, de organização cultural das satélites, de investimentos em três vertentes: o *Arte Candanga*, que atende às Regiões Administrativas; o *Arte Capital*, rede de lojas que cuidam do escoamento e da disseminação da redução cultural da cidade, e o *Arte em Curso*, que cuida da formação e qualificação dos produtores culturais.

Mas o "Arte em Curso" não saiu do papel. Em julho deste ano, o senhor e Luiza Dornas garantiram que este projeto seria o centro das atenções da SCE/FCDF no segundo semestre.

Mas não foi. Continuou o investimento pleno em eventos.

— Isto aconteceu porque nossos estudos nos mostraram que a questão da formação era mais complexa do que imaginável. Por isto, convidamos o então secretário adjunto de Cultura do Estado de SP, Pedro Braz, uma autoridade no assunto Oficina/Formação Cultural, para nos ajudar. Ele aceitou nosso convite e, em breve, deve vir colaborar conosco. No mais tardar, em fevereiro, teremos amplo e detalhado projeto de oficinas culturais para a cidade. Aí, o *Arte em Curso* vai sair do papel.

O senhor declarou ao Caderno 2 que nenhum grupo pode adquirir materiais (tesouras, câmeras de vídeo, máquinas fotográficas, etc) com recursos liberados pela SCE/FCDF. Há informações de que grupos adquiriram este tipo de equipamento. Como será feita a prestação de conta de tais gastos?

— Cada projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo tem começo, meio e fim. O fim é a prestação de contas. Ao analisá-las, se depararmos com produtores que adquiri-

ram equipamentos, tomaremos as providências legais.

E que providências são estas?

— Depois de analisado ponto por ponto, verificaremos o que está dentro do permitido pela Lei. Quem comprou algum equipamento terá que devolvê-lo ao patrimônio público. Afinal, não liberamos nenhum centavo para tal finalidade. Recursos públicos só podem comprar equipamentos que continuem sobre a guarda do Estado, de forma que possam servir a toda a comunidade, em sucessivas gestões.

Nem todos os grupos premiados com recursos do Edital de Artes Cênicas montaram seus espetáculos. E agora?

— Muito simples. Quem não montou terá que devolver os recursos liberados, pois todos tinham conhecimento de que o prêmio valia para o ano de 1991.

Na última reunião do Conselho Deliberativo, o conselheiro Narciso Quaresma, eleito pelo Movimento Cultural, pediu vista de um processo e, mesmo assim, a questão foi votada...

— Tenho outra versão do episódio. Maria Luiza Dornas, que presidia a reunião, colocou o tema em votação. Só depois, o conselheiro pediu vistas.

Como repórter, testemunhei o fato. O conselheiro pediu vistas antes do assunto ser colocado em votação.

— Temos versões diferentes do fato.

Vamos, então, ao que interessa do episódio: ele mostrou que os quatro representantes comunitários podem, graças ao recurso do "pedir vista", travar decisões da SCE/FCDF. Como o sr. vê esta possibilidade?

— Fui o responsável pela democratização do Conselho Deliberativo, nele abrindo espaço para os eleitos pela comunidade. O episódio verificado na última reunião não configura postura contestatória e corporativista dos conselheiros comunitários. Se tal postura vier a se configurar, teremos que discutir, em profundidade, a questão, pois a

função deste Conselho é enxergar o processo cultural como um todo, e não formar blocos que votam em questões fechadas.

A Lei nº 520, de 1966, que institui os Estatutos da Fundação Cultural, prevê que os membros do Conselho Deliberativo terão mandato de dois anos, sendo permitida sua recondução. Como o sr. interpreta este Artigo (nº 10)? Um conselheiro pode ser reconduzido uma vez ou infinitamente?

— A história do Conselho Deliberativo mostra que há casos de conselheiros que ficaram no órgão por várias gestões. Um exemplo é o da professora Maria Christina Diniz Leal.

Isto quer dizer que o sr. deve reconduzir, neste mês de novembro, André Gustavo Stumpf a um quarto mandato e Maria Helena Alves, a um terceiro?

— Maria Helena, por razões de natureza pessoal (foi desenvolver atividades em Portugal), apresentou seu pedido de afastamento do Conselho. Quanto a André Gustavo, o que posso dizer é que ele é um conselheiro com excelentes serviços prestados ao colegiado, sendo assíduo, zeloso, competente e capaz de somar e agregar. Estas qualidades são muito importantes.

A recondução dele não cria uma espécie de "conselheiro eterno"?

— Não tomei ainda a decisão. Vou discutir o assunto e encaminhá-lo ao governador, que, na verdade, é quem toma a decisão final. Sou favorável ao revezamento, mas é preciso ponderar o seguinte: não se deve abrir mão de quadros qualificados e experientes.

Por que, num ano em que se consumiu tanto dinheiro público, não se implantou a Sala Cinemateca de Brasília, projeto alardeado com estardalhaço no início

do ano?

— Porque houve corte de 40% no nosso orçamento. Além da Sala Cinemateca, ficou prejudicado o Cine Dois Candangos, da UnB, e a reforma do Teatro da Praça, de Taguatinga. Mas estes três projetos serão concretizados em 92.

Há recursos para o Encontro Nacional de Escritores, orçado em Cr\$ 61 milhões?

— Há, para o ENE e o Salão Nacional de Artes Plásticas, que faremos com o IBAC (Instituto Brasileiro de Arte e Cultura).

Aliás, a SCE-DF está socorrendo a Secretaria de Cultura da Presidência da República, pois este Salão é obrigação do IBAC.

— Mas o IBAC está colaborando conosco.

Só que a SCE-DF entra com a parte do leão (Cr\$ 40 milhões) e o IBAC com apenas Cr\$ 8 milhões.

— Mas esta parceria é importante e o Salão é um evento de alcance nacional.

Que tipo de projeto terá apoio neste resto de ano? Há

cursos para que tipo de atividade?

— Para nenhuma. Não temos mais recursos para novos projetos.

Então para que promover novas reuniões do Conselho Deliberativo?

— Para discutir os projetos apresentados e avaliar sua importância e viabilidade. Se for algo realmente relevante, vamos sair em busca de recursos.

O sr. pensa em criar uma Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos, ou a apreciação do resultado dos 200 projetos financiados pela SCE/FCDF será apenas interna?

— Temos a intenção, e já estamos estudando o assunto, de criar uma Comissão de Avaliação e Acompanhamento de projetos que poderá contar com pessoas da comunidade. A transparência é a marca de nossa ação.

Em 1992, a SCE/FCDF continuará bancando projetos na base do mecenato pleno: um projeto custa Cr\$ 10 milhões, liberando os Cr\$ 10 milhões?

— 1992 será o ano da parceria com a iniciativa privada. Vamos buscar apoio dos empresários para construir as Casas de Cultura, para equiparar e reformar nossos próprios.

E se a iniciativa privada não se sensibilizar?

— Temos certeza que ela vai se sensibilizar. Por que as madeireiras de Ceilândia ou do Gama não vão querer ajudar na construção da Casa de Cultura local? Além do mais, vamos pedir recursos em outros Estados e até no exterior.

O processo encontra os processos

O Conselho de Cultura do DF e o Conselho Deliberativo da Fundação Cultural vão se reunir na próxima quarta-feira, às 9h00, na Sala Pompeu de Souza, no anexo do Teatro Nacional. Esta decisão foi tomada em reunião do Conselho de Cultura, no final da manhã de ontem, depois de avaliação dos rumos tomados pela Secretaria de Cultura e Esporte (e seu braço executivo, a Fundação Cultural), nos últimos meses.

A suspensão da última reunião do Conselho Deliberativo (dia 30) e a discordância que se instalou nos corredores da Fundação Cultural (onde produtores do Plano Piloto e satélites brigam por novos recursos para seus projetos) motivaram a busca de ação harmoniosa entre o Conselho Deliberativo e o Conselho de Cultura. Afinal, a Lei do Senado Federal que criou este

colegiado dá a ele a função de estabelecer as normas que regerão a política cultural no DF. Já o primeiro colegiado deve reger os princípios estabelecidos pelo Conselho de Cultura.

Só que isto não vem acontecendo na prática. O Conselho Deliberativo transformou-se num colegiado que libera recursos para "um evento atrás do outro", enquanto o Conselho de Cultura recomenda investimento no processo cultural, ou seja, na criação e manutenção de espaços culturais, no equipamento de tais espaços e na informação e formação (através de oficinas, cursos, etc) dos agentes culturais.

O secretário Márcio Cotrim, membro dos dois Conselhos, assegura que "não há um divórcio de intenções entre eles". A reunião desta quarta-feira vai provar

quem tem razão.

Outras reuniões — Hoje, às 14h30, na Administração Regional do Plano Piloto, acontecerá nova reunião plenária do Fórum de Cultura de Brasília. A reunião é aberta a todos os interessados. A Administração Regional funciona no Setor Comercial Norte, na antiga sede da Fundação Nacional Pró-Memória.

Na segunda-feira, 9h00, na Sala Pompeu de Souza do Teatro Nacional, o Conselho Deliberativo promoverá sua primeira reunião posterior aos dissídios do último dia 30.

No final da semana (sábado e domingo), acontecerá a segunda fase do Seminário de Cultura do DF, na Casa do Teatro Amador, no Setor de Difusão Cultural. Está aberta a temporada de avaliação dos 10 primeiros meses de ação cultural do primeiro governo eleito do DF. (MRO)

